

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.246 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2001

Projetos antiviolação tramitarão com urgência

José Gregori e Jader Barbalho discutem, no Senado, cooperação entre Poderes para aperfeiçoar leis destinadas a garantir mais eficiência na administração da Justiça e na gestão do sistema prisional brasileiro



Quatro projetos relativos à segurança pública em exame no Senado deverão tramitar em regime de urgência. A promessa foi feita ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, ao receber o ministro da Justiça, José Gregori. Eles discutiram cooperação no esforço de combate à violência no país.

PÁGINA 3

Os senadores Carlos Wilson (E) e Edison Lobão (D) participaram do encontro do ministro José Gregori com o presidente do Senado, Jader Barbalho

Senado vai apurar denúncia de violação do painel

Tebet divulga parecer da Procuradoria

PÁGINA 8



Valmir Amaral

Valmir é contra as catracas eletrônicas

PÁGINA 11



Antonio Carlos Valadares

Valadares cobra limite para as MPs

PÁGINA 12



Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o ex-jogador Sócrates

SÓCRATES DEFENDE O FIM DO PASSE, MAS CLUBES QUEREM MAIS TEMPO

O ex-jogador Sócrates, um representante do Clube dos Treze e um especialista em Direito Desportivo participaram ontem de audiência pública promovida pela CPI do Futebol para discutir a questão do passe, cuja extinção está prevista, por lei, para o próximo mês. Sócrates apoiou o fim do passe, enquanto o representante dos clubes manifestou o receio de que a formação de atletas acabe prejudicada.

Durante a reunião, o presidente da comissão, Álvaro Dias, pediu que o Banco Central apresse o rastreamento dos valores pagos nas transferências de jogadores brasileiros para o exterior.

PÁGINA 5

Uma comissão de inquérito deverá apurar se o sigilo do painel eletrônico do plenário do Senado pode ser realmente violado, se isto ocorreu na votação que decidiu pela cassação do ex-senador Luiz Estevão e se seria possível adulterar o resultado desta e de outras decisões. A medida foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, diante de denúncias publicadas pela revista *IstoÉ*. Segundo a reportagem, o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães teria afirmado a três procuradores da República que possui a lista de todos os votos secretos da sessão em que foi cassado o ex-senador Luiz Estevão e que a senadora Heloísa Helena votou contra a perda do mandato do então parlamentar. A reportagem provocou reação de senadores de diferentes partidos, entre eles a senadora Heloísa Helena, que desmentiu a informação e anunciou a decisão de processar o ex-presidente do Senado.

PÁGINAS 6 A 8

Jader pede à Câmara que vote proposta que cria o Conselho de Comunicação

PÁGINA 3

Marluce vê risco de incêndio na Amazônia

Alguns focos já foram detectados em Roraima, informou ela, cobrando medidas imediatas das autoridades. "Um estopim está pronto para ser aceso", afirmou ontem a senadora

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) fez um alerta ontem sobre o risco de ocorrerem "novos e graves" incêndios na floresta amazônica. Referindo-se à destruição de 1998, ela informou que o monitoramento feito por satélite na região revela que já irromperam alguns focos de incêndio em seu estado, Roraima, e no país vizinho, Guiana, o que vem provocando sérias preocupações na população local, nos organismos ligados ao meio ambiente e nos produtores rurais.

Marluce Pinto explicou que as condições meteorológicas do

norte do país estão registrando baixa umidade relativa do ar e altas temperaturas, fatores que, aliados ao baixo índice pluviométrico verificado no mês de janeiro, facilitam a propagação de incêndios na floresta.

Segundo a parlamentar, somente no mês passado foram constatados 78 focos de incêndio em Roraima. "Alguns", disse a senadora, "em proporções preocupantes, já tendo destruído parte da fauna e da flora, além de trazerem medo e incerteza aos produtores rurais da região".

Marluce Pinto chamou a aten-

ção das autoridades para a importância de aumentar a segurança da região, mediante o treinamento de pessoal e a utilização de material e equipamentos adequados e capazes de fazer frente a uma possível deflagração de fogo na floresta.

— Um estopim está pronto para ser aceso e não deve jamais ser ignorado, pois técnicos do governo federal constataram que 80% da floresta queimada em 1998 não se recuperou e representa verdadeiro combustível para um novo incêndio — advertiu Marluce Pinto.



Marluce advertiu que a floresta queimada em 98 é "combustível para um novo incêndio"

CCJ avaliará restrições a pesquisas eleitorais

O projeto que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais até oito dias antes do pleito no primeiro turno e até três dias no segundo turno encontra-se na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O objetivo, de acordo com a justificativa do projeto, é evitar as insistentes denúncias de fraudes na divulgação de pesquisas eleitorais e preservar o respeito à ética e à livre formação da vontade do cidadão no processo eleitoral. O senador mencionou a possibilidade de instauração de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os institutos de pesquisa.

Valadares admite que o projeto pode enfrentar críticas, em particular dos que evocam a "plena liberdade de informação jornalística" e a "livre manifestação de pensamento", direitos consagrados na Constituição. Mas lembra que "há valores ainda mais altos, como a liberdade de consciência e de crença", garantida pelo art. 5º da Constituição. Também o direito à informação e a obrigação de que a mídia obedeça a princípios éticos e sociais dão base jurídica ao projeto, acrescenta o senador. "A liberdade dos meios de comunicação não pode ser irrestrita", afirmou.

Outro argumento do parlamentar a favor da limitação da divulgação de pesquisas eleitorais é que o voto popular está entre as cláusulas pétreas da Constituição, cabendo ao Estado coibir as pressões advindas do poder econômico, político ou mesmo do exercício arbitrário da liberdade de comunicação.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

Paulo Hartung propõe novas regras para inelegibilidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota neste ano projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que aumenta de três para oito anos a inelegibilidade dos condenados pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro e a Previdência Social, assim como por tráfico de entorpecentes, crimes eleitorais, fiscais ou tributários.

— Precisamos inaugurar uma nova fase na política nacional. A fase da ética, da prevalência do interesse público e da eliminação da impunidade dos poderosos — diz o parlamentar em defesa do projeto. Ele se preocupa sobretudo com os que entram para a vida pública com a intenção de proteger-se da ação da Justiça.

Referindo-se ao potencial ofensivo desses crimes, Hartung argumentou que o aumento em cinco anos da suspensão dos direitos políticos servirá para garantir exigências constitucionais como probidade administrativa, moralidade para o exercício do mandato e correção



Hartung quer aumentar de cinco para oito anos a inelegibilidade dos condenados por vários crimes

da vida pregressa do candidato.

No projeto, o senador acrescenta aos casos de inelegibilidade já previstos em lei os crimes contra a Previdência Social e os concernentes à responsabilidade na gestão fiscal. Ao incluir a expressão "crimes fiscais ou tributários", ele procura contemplar todos os delitos que impliquem subtração do poder público de recursos necessários ao financiamento de serviços sociais básicos e ao investimento para assegurar o desenvolvimento econômico e social.

Jefferson sugere que Senado aprecie tarifas de importação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar na sua próxima reunião projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que submete as alterações das alíquotas dos impostos de importação, efetivadas pelo Executivo, à apreciação do Senado Federal.

A proposta — que exclui da análise do Senado os impostos já em vigor decorrentes de acordos internacionais, tais como os firmados no âmbito do Mercosul — estabelece que o Legislativo pode até revogar as alterações, para mais ou para menos, das alíquotas aduaneiras estabelecidas pelo governo, num prazo de até 60 dias após sua oficialização, se julgá-las prejudiciais ao país.

Jefferson, na justificativa do projeto, alega que o Executivo tem, com frequência, reduzido e até zerado as tarifas de importação incidentes sobre produtos estrangeiros, agrícolas ou industri-

alizados, como parte da política de combate à inflação e para refrear aumentos abusivos de preços, "configurando uma atitude unilateral, sem a devida audiência do Congresso".

Essas reduções, argumenta o senador, muitas vezes "atingem mortalmente" indústrias e produ-



Jefferson Péres fala que o seu projeto "resgata uma prerrogativa do Legislativo"

tores agrícolas, com graves conseqüências para as regiões afetadas e para o conjunto da economia do país. Inversamente, acrescenta o senador, a elevação desproporcional das tarifas aduaneiras praticada pelo governo tem provocado reações dos nossos parceiros comerciais

junto à Organização Mundial do Comércio.

Jefferson Péres acrescenta que, com a aprovação da matéria, o Poder Legislativo poderá "resgatar uma das suas prerrogativas, que é o controle da criação e do aumento dos tributos".

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader pede à Câmara votação de projeto que cria Conselho de Comunicação Social

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comunicou, durante a sessão de ontem, que encaminhará ofício ao presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, solicitando que aquela Casa dê prosseguimento à tramitação do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que trata da instituição do Conselho de Comunicação Social.

O projeto original foi elaborado em 1991, recebeu novas versões em 1992 e 1993 pela Câmara dos Deputados e desde junho de 1996, depois de apreciado pelo Senado, tramita novamente na Câmara, sob a forma de um substitutivo.

O conselho, que será um órgão auxiliar na definição da política de comunicação social do país, está previsto no artigo 224 da Constituição de 1988 e até agora não foi instalado. Essa é uma das justificativas contidas no documento que será enviado à Câmara.

— É objetivo desta Presidência dar cumprimento, ainda no corrente ano, a esse preceito constitucional, reivindicação que vem sendo feita frequen-

temente, no Plenário do Senado Federal, por senadores de diversos partidos — explicou o senador Jader Barbalho, que reiterou termos de outro ofício, também encaminhado pela Presidência do Senado, no ano passado, de teor similar.

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Os senadores aprovaram, também na sessão de ontem, projetos de decreto legislativo originários da Câmara que aprovam atos autorizando o funcionamento de quatro rádios comunitárias. Duas delas em cidades do estado de Mato Grosso, uma em Minas Gerais e outra no Paraná.

Foram autorizadas a executar o serviço de radiodifusão comunitária a Associação Cultural e de

Comunicação Comunitária de Carambeí (PR); a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba (MG); a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Comodoro (MT) e a Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte (MT).

Ainda foi aprovado requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que tenham tramitação conjunta dois projetos de lei que tratam de normas para regular a formação de consórcios entre municípios e estados, visando à implementação de políticas comuns de desenvolvimento. Os projetos voltam agora a tramitar na CCJ.



Jader Barbalho quer instalar o conselho, previsto em preceito da Constituição de 1988

Projeto que pode reduzir evasão escolar foi a principal matéria aprovada nesta semana

O Plenário do Senado aprovou nesta semana o projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para que as escolas forneçam ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Adolescência locais a lista dos alunos que tenham atingido 50% do limite de faltas estabelecido por lei. A matéria foi aprovada de acordo com substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), relatora na Comissão de Educação, e, por ter sido alterada no Senado, volta à apreciação da Câmara.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou emenda ao projeto, a proposta pode ajudar a conter a evasão escolar, no momento em que os estabelecimentos de ensino do país matricularam mais de 96% das crianças em idade de cursar o ensino fundamental. O projeto tem como obje-

tivo alertar os pais que, caso seus filhos não freqüentem a escola, podem ser até mesmo enquadrados em artigo do Código Penal que determina detenção de 15 dias a um mês, ou multa, em caso de abandono intelectual.

A democratização dos meios de comunicação no Brasil, por meio das rádios comunitárias, também foi discutida nas três sessões deliberativas realizadas na semana, quando o Senado aprovou dez projetos de decreto legislativo que avalizam os atos do Ministério das Comunicações autorizando entidades públicas a executarem serviços de radiodifusão comunitária.

Durante os debates, o presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que promoverá os esforços necessários para instalar o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional nessa área. Segundo o sena-

dor José Eduardo Dutra (PT-SE), apesar de ter sido criado pela Constituição de 1988 e regulamentado em lei de 1991, o conselho ainda não foi instalado, à espera de uma reforma da lei já aprovada no Senado e que depende da aprovação dos deputados.

O Congresso também recebeu nesta semana o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, rebateu a afirmação de que o contingenciamento de R\$ 7,35 bilhões do Orçamento de 2001 é contrário à Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ignorar o papel do Legislativo na elaboração do Orçamento. Apesar de declarar que não foi responsável pelo contingenciamento, o ministro informou que a medida tem um só motivo: a falta de recursos e o ajuste das contas públicas.



O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson, o ministro José Gregori, o senador Jader Barbalho e o primeiro-vice-presidente da Casa, Edison Lobão

Propostas contra a violência vão ter tramitação de urgência

Compromisso foi assumido pelo presidente do Senado, em reunião com o ministro da Justiça

Ao receber ontem o ministro da Justiça, José Gregori, o presidente do Senado, Jader Barbalho, comprometeu-se com a tramitação de urgência para quatro projetos relativos à segurança pública, em tramitação na Casa. Os projetos referem-se à venda, fabricação, depósito e porte de armas de fogo e munições, e também à organização e funcionamento das polícias civis. Outras medidas correlatas, como as alterações do Código Penal, estão sendo examinadas na Câmara.

O encontro foi a primeira visita do ministro ao novo presidente do Senado, defensor da participação do Congresso em "mutirão" com o Executivo e o Judiciário, para encontrar soluções rápidas e eficientes na área de segurança pública. Os dois conversaram sobre formas de cooperação visando acelerar a tramitação e a votação de projetos, melhorar a aplicação de penas e a administração do sistema penitenciário brasileiro. Gregori destacou a "identidade de pontos de vista entre o governo e o presidente Jader sobre o combate à violência no país".

Ao lado dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Carlos Wilson (PPS-PE), respectivamente primeiro-vice-presidente e primeiro-secretário da Casa, o senador Jader Barbalho acertou com o ministro a criação de um canal direto de comunicação entre a direção do Senado e o Ministério da Justiça.

De acordo com Gregori, o Senado indicará um interlocutor para articular-se diretamente com a Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça, com o objetivo de identificar os projetos prioritários destinados a aperfeiçoar o

combate à violência e a aprimorar a administração da Justiça e a gestão do sistema prisional brasileiro. Esse interlocutor também se dedicará a contribuir para a harmonização das posições do Executivo e do Legislativo em torno de tais matérias.

— Aproveitei a ocasião desse primeiro encontro para apresentar um relatório destacando ponto por ponto o Programa Nacional de Segurança, em termos do que foi feito e do que ainda não pôde ser feito. O presidente Jader tem plena sensibilidade para os problemas de violência e teve a idéia de um mutirão. Nessa emergência de rebeliões, seria uma coisa útil, identificando-se nas cadeias quem já cumpriu suas contas com a Justiça e pode sair. Combinamos a indicação de um interlocutor para agilizar a nova legislação — acrescentou.

O ministro da Justiça citou especificamente as propostas de um novo Código Penal, de um novo Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, constantes do Plano Nacional de Segurança, como exemplos dessas prioridades, juntamente com uma definição do Congresso em torno do projeto que proíbe a compra e o porte de armas.

— Houve um entrosamento e uma identificação de propósitos muito grande, de modo que saio muito confiante, e tenho certeza de que a violência no Brasil, no patamar em que está, não depende da luta apenas de uma pessoa, de uma instituição ou um estado somente. Ela tem de ser encarada como um mutirão nacional, que congregue todos os estados, todas as instituições, todas as pessoas, acima de partidos e de vínculos ideológicos.

Eduardo defende mudanças em presídios

O sistema penitenciário brasileiro precisa de uma ampla reformulação para que “as prisões deixem de ser fábricas de feras humanas”, afirma o senador. Segundo ele, os presos estão mais bem organizados que as autoridades

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu não apenas a ampliação, mas a completa reformulação do sistema prisional brasileiro, “a fim de que as prisões deixem de ser fábricas de feras humanas”. Ele afirmou que as recentes rebeliões nos presídios paulistas colocaram em xeque não apenas o governo de São Paulo, mas o próprio poder público.

— Ficou cabalmente comprovado que as autoridades responsáveis pelos presídios não têm, nem de longe, o mesmo poder de organização dos presos, especialmente o do autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC), que, a exemplo do Comando Vermelho e de outras organizações criminosas, domina as prisões, fazendo sua própria lei — afirmou Eduardo Siqueira Campos.

Na opinião do senador, o crime tem de ser combatido “em suas vísceras” e os programas de segurança pública “têm de sair do papel” e se transformar em realidade. Ele cobrou a efetiva ree-



O senador Eduardo Siqueira Campos disse que os programas de segurança pública “têm de sair do papel”

ducação e reintegração à sociedade dos presos e a adoção de penas alternativas nos delitos menos graves, desafogando o sistema penitenciário.

Eduardo Siqueira Campos pediu rapidez nas decisões que poderão solucionar o problema do sistema penitenciário do país. Na sua avaliação, as condições desumanas nas quais vivem os 230

mil presos são o ingrediente fundamental para que as rebeliões nos estabelecimentos prisionais sejam freqüentes.

— O Estado não pode continuar fazendo vista grossa para problema de tamanha magnitude. Medidas vazias e vãs, como aconteceu no passado, são intoleráveis. Também a retórica não ajuda — disse o senador.

Heloísa Helena cobra do Senado a investigação de denúncias contra ministros do PMDB e do PFL

Citando o *Sermão do Bom Ladrão*, do padre Antônio Vieira, publicado em 1655, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que as denúncias de corrupção no governo federal têm de ser apuradas, sob pena de comprometer o presidente Fernando Henrique Cardoso e até mesmo o Senado Federal.

Na opinião da senadora, “se os ministros são corruptos, como denunciaram os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente Fernando Henrique também é corrupto, e se o Senado Federal não investigar o assunto, como é sua competência constitucional, também incide em corrupção”.

Ela se referia aos discursos com que, na última terça-feira, Antonio Carlos Magalhães lançou denúncias contra ministros do PMDB e Renan Calheiros acusou ministros do PFL. E disse que o sermão do padre Antônio Vieira, destina-

do aos membros da nobreza de sua época, trata de governantes cúmplices do roubo de seus súbaltos.

Heloísa considerou o discurso atual, observando que bastaria transpor a imagem do príncipe e do rei para os atuais ocupantes do poder — presidente, ministros e parlamentares. “Roubar pouco é culpa, roubar muito é nobreza”, citou lendo o sermão. “Roubar pouco dá Carandiru, muito dá poder”, completou Heloísa Helena.

Ainda citando Vieira, ela disse que o rei que nomeia ladrões para cargos de seu reinado vai para o inferno com eles. E mais: se os nomeia sem saber que são ladrões, está nomeando mal seus ajudantes e, se sabe que roubam, é ladrão também.

Afirmando esperar que os ladrões acabem na cadeia, ela pediu que o Senado cumpra sua função constitucional.

— As denúncias foram feitas e o Senado tem de dizer se os minis-

tros são corruptos ou se as denúncias são mentirosas. Ou Antonio Carlos Magalhães e Renan Calheiros estão mentindo, ou estão agindo de má-fé, ou estão desinformados. Mas se falarem a verdade, o presidente é corrupto. Se o Senado Federal não investigar, é corrupto também — acrescentou.

Na opinião de Heloísa Helena, as investigações do Senado sempre pararam na hora que tocaram no governo. Citou como exemplos a CPI do Judiciário, que “parou quando chegou perto do ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge”, e a CPI dos Bancos, que encerrou os trabalhos “ao se aproximar de indícios de corrupção no Banco Central”.

Ela acrescentou que a base governista deu sustentação para não se investigar o caso Eduardo Jorge, quando todos sabiam das ligações dele com o ex-senador Luiz Estevão e com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

Maria do Carmo anuncia convênio com Museu de Arqueologia do Xingó

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou a assinatura, no último dia 16, do contrato de patrocínio ao plano de consolidação do Museu de Arqueologia do Xingó. O contrato foi firmado entre a Universidade Federal de Sergipe e a Petrobras e permitirá a continuidade das pesquisas arqueológicas, que já resultaram na catalogação de peças líticas, cerâmicas, de esqueletos humanos e fósseis da fauna e flora da região, além da demarcação de 130 sítios arqueológicos com pinturas rupestres.

O museu foi criado após a construção da hidrelétrica do Xingó, situada no São Francisco, para preservar os achados arqueoló-

gicos da região, berço de várias tribos primitivas e pré-históricas. Maria do Carmo acredita que o projeto da hidrelétrica, “considerada a maior obra de engenharia realizada por brasileiros no final do século passado, estaria incompleto sem a criação do museu”.

O Museu de Arqueologia do Xingó conta com o apoio da prefeitura de Canindé do São Francisco, que presta serviços para a integração e conscientização da comunidade e incentivo ao turismo. Além disso, a Universidade Federal de Sergipe promoverá cursos de mestrado em arqueologia, capacitando pessoas para dar continuidade aos trabalhos e cuidar do museu.



Maria do Carmo explicou que a Petrobras e a Universidade Federal de Sergipe se associaram para consolidar o museu

Álvaro Dias quer acabar com corte de fornecimento de telefone, água e luz

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto de iniciativa do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que pretende acabar com a suspensão do fornecimento de energia elétrica, água e telefonia por inadimplência do usuário. Na proposta, o autor justifica que, por serem considerados essenciais, esses serviços não devem sofrer descontinuidade.

Na justificativa do seu projeto, Álvaro Dias considerou que a população de baixa renda é a maior prejudicada pelos cortes de ener-

gia elétrica e água, principalmente em caso de desemprego ou de salário em atraso. “Nessa situação, como é que alguém pode pagar as tarifas de luz ou água em dia?”, indagou o senador.

Álvaro Dias citou o exemplo da energia elétrica de um município do Paraná, onde é cobrada uma taxa de R\$ 12,89 para religação, quando esse serviço se realiza em regime de urgência (atendimento em até quatro horas). “É preciso amenizar a situação das pessoas humildes, que enfrentam sérias dificuldades para custear despesas básicas”, afirmou.

Álvaro pede ao BC rapidez no rastreamento de transações

Presidente da CPI do Futebol aguarda informações sobre destino dos valores pagos nas transferências de jogadores brasileiros para o exterior

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), pediu ao presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, rapidez no rastreamento dos valores pagos nas transferências de jogadores de futebol brasileiro para o exterior. O pedido foi feito ontem, durante audiência da CPI que discutiu a Lei do Passe.

Segundo o parlamentar, a CPI requereu e recebeu, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), uma listagem com as 51 maiores



Álvaro Dias: "Banco Central ainda não atendeu nossa expectativa de eficiência"

transações do futebol brasileiro. Os nomes e os valores foram remetidos ao BC, para que verificasse a ocorrência de sonegação por cobertura cambial, o que daria margem à evasão de divisas.

— Mas o Banco Central ainda não atendeu nossa expectativa de eficiência — reclamou Álvaro Dias.

O presidente da CPI também informou que vários dirigentes de futebol impetraram mandado de segurança para impedir a quebra de seu sigilo bancário e fiscal.

FIFA

O relator da CPI, senador Geraldo

Althoff (PFL-SC), indagou aos depoentes qual a visão que a Federação Internacional de Futebol (Fifa) tem em relação ao passe dos jogadores.

De acordo com o advogado Márcilio Krieger, especialista em Direito Desportivo, o estatuto da entidade proíbe que um jogador atue em outro país se não tiver o certificado de transferência emitido pela associação nacional da qual fazia parte. Na Europa, acrescentou, há restrições para a transferência para países fora da União Européia.

Já o ex-jogador Sócrates afirmou que a legislação protege o clube formador de jogadores, mas observou que nenhum deles jamais buscou indenização por transferência de jogador para o exterior porque nenhum dirigente esportivo jamais leu a legislação vigente.



Sócrates: clubes vendem os artistas e não o espetáculo

O ex-jogador de futebol Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira afirmou que os clubes brasileiros, como não sabem vender o espetáculo futebolístico, preferem vender os artistas, ou seja, os jogadores. A declaração de Sócrates foi feita ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades nesse esporte. A reunião destinava-se a discutir a Lei do Passe.

— É como se eu fosse um Médico (referência à família célebre pelo mecenato praticado no Renascimento italiano) e contratasse o Michelangelo (pintor e escultor). Só que, em vez de vender a obra de arte, vendesse o próprio artista — comparou o ex-jogador.

Sócrates denunciou que o futebol brasileiro "virou um antro de negociatas". Segundo ele, mesmo os jogadores de médio e baixo porte, para assinar contratos, submetem-se a dividir seus salários com procuradores, treinadores e até com dirigentes de clubes.

O ex-jogador da Seleção brasileira de futebol disse que os clubes "estão todos quebrados, porque não sabem vender o produto que têm na mão". Lembrou que o Corinthians e o Palmeiras têm 25 milhões de aficionados, mas um jogo recente entre ambos não levou mais de duas

mil pessoas ao estádio.

— Os clubes têm receita de R\$10 milhões por ano, mas gastam R\$30 milhões. Só não foram à falência porque são protegidos. Por isso a maior parte das transações ocorre em função da compra e venda de jogadores — afirmou.

Para Sócrates, a legislação brasileira, que prende o jogador ao clube por meio do passe, é "uma excrescência". Ele afirmou que a lei é escravista, "uma prisão em que o trabalhador está sujeito a seu patrão". E ressaltou que nenhum dirigente de futebol quer mudanças, embora clubes e federações estejam no fundo do poço.

— É mais fácil deixar o escravo na mão, porque ninguém quer deixar de ganhar dinheiro — disse Sócrates.

GOIÁS

Em sua exposição inicial na mesma reunião da CPI, o advogado do Goiás Esporte Clube e representante do Clube dos Treze João Bosco Luz de Moraes afirmou que o fim da Lei do Passe, como previsto na Lei Pelé, fará com que os jovens craques brasileiros migrem todos para o exterior. Em sua opinião, os clubes estrangeiros contratarão esses jogadores sem nenhum investimento em sua formação, e o ônus ficará para as agremiações brasileiras, que investiram nas categorias de base.

Para Sócrates, o futebol "virou um antro de negociatas"



João Bosco ressaltou a importância da proibição da venda de jogadores com menos de 16 anos para o exterior. Para Sócrates e também para o advogado Márcilio Krieger, esse dispositivo fere a Constituição, que assegura o direito de ir e vir. Além disso, para eles, a melhor maneira de preservar o plantel de jogadores e craques seria aperfeiçoando o gerenciamento dos clubes, pagando-lhes melhores salários e assegurando-lhes condições de desenvolvimento favoráveis.

O ex-atleta Wilson Piazza, convidado para participar da audiência pública, também defendeu a melhoria das condições oferecidas pelos clubes aos atletas. Ele lamentou que, apesar de introduzir importantes modificações na legislação vigente, a Lei Pelé não tenha sido suficientemente discutida com a categoria.

Maguito diz que nova lei já "aperfeiçoou muito" o esporte

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a lei por ele relatada que modificou a Lei Pelé "aperfeiçoou muito" o desporto brasileiro. Segundo ele, a lei "ainda tem pequenas falhas que podem e devem ser dirimidas". Citou, por exemplo, a proibição da reeleição de dirigentes de clubes, federações e confederações por mais de uma vez.

Na reunião da CPI do Futebol que discutia a Lei do Passe, o parlamentar posicionou-se "totalmente contra" a prorrogação da vigência do passe no Brasil. Lembrou que, se os clubes não conseguiram se adaptar nos três anos de vigência da lei, não conseguirão se adaptar nem em um prazo de 15 anos.

Segundo Maguito, a lei que relatou no Senado também melhorou a legislação vigente ao desobrigar os clubes de se transformarem em empresas. A transformação passou a ser optativa.

— Não pode ser assim, ninguém pode ser compelido a fazer o que não quer — afirmou Maguito, que também elogiou, na nova lei, a separação das normas referentes aos bingos das relativas aos clubes de futebol.

O advogado do Goiás Esporte Clube, João Bosco Luz de Moraes, mostrou-se favorável à prorrogação da Lei do Passe. Segundo ele,

a lei não foi regulamentada, e sua vigência iria "criar um embaraço jurídico muito grande". Mas foi favorável ao fim da obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas.

Já o advogado Márcilio Krieger, especialista em Direito Desportivo, disse ser contrário à reeleição por mais de uma vez para clubes, federações e confederações. Ele elogiou o fim da obrigatoriedade de que os clubes se tornem empresas. Da mesma forma, aplaudiu a separação da Lei do Bingo da legislação desportiva.

O ex-jogador Sócrates afirmou que o fim da reeleição por mais de uma vez confere maior democracia ao desporto e elogiou a separação do bingo do desporto. Sócrates também se manifestou contrário à prorrogação da Lei do Passe.



Maguito se manifesta contra a prorrogação da Lei do Passe

Advogado defende fim do passe no dia 26 de março

O advogado Márcilio Krieger, especialista em Direito Desportivo, defendeu ontem, em depoimento à CPI do Futebol, a entrada em vigor no dia 26 de março, conforme o previsto, do dispositivo da Lei Pelé que acaba com o passe, ao contrário do que pretendem os empresários do futebol.

Krieger considerou essa mudança — o fim do passe — como um marco para que o Brasil inicie um novo período nas relações entre jogadores, clubes e intermediários. Esses, conforme o advogado, sempre foram os maiores beneficiários com o processo de venda e exportação de jogadores brasileiros, o que explica seu interesse no adiamento da entrada em vigor do dispositivo legal.

De acordo com o advogado, "a Lei do Passe é uma sobra do entulho autoritário deixado pelo regi-

me de exceção". Ele esclareceu que a legislação atual entende o passe como sendo uma indenização devida por um clube a outro pela cessão do atleta durante a vigência do contrato de trabalho, mesmo após seu término". Segundo o advogado, a expressão "mesmo após seu término" é o que complica as relações do jogador com o clube. Isso porque, disse, acabado o período do contrato, o jogador continua a pertencer ao clube, que deixa de se sentir obrigado a lhe pagar salário.

Mesmo que a nova legislação tenha defeitos e limitações, Krieger entende que só depois de sua entrada em vigor haverá condições para mudanças. "Admitindo que atletas e clubes entrem com dezenas de ações contra ela, considero que essas ações poderão balizar as alterações que deverão ser feitas", disse.

Jader manda apurar denúncia de violação do painel

“O episódio é muito grave”, afirma o presidente do Senado, ao anunciar decisão de constituir uma comissão de inquérito para analisar a suspeita de quebra de sigilo nas votações controladas pelo dispositivo eletrônico

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem a criação de comissão de inquérito para apurar se o sigilo do painel eletrônico do plenário da Casa pode realmente ser violado, se isto ocorreu na votação que decidiu pela cassação do ex-senador Luiz Estevão, e se seria possível adulterar o resultado desta e de outras decisões parlamentares.



Jader: a ser procedente o que foi divulgado, a Constituição pode ter sido reiteradamente violada

— O episódio é muito grave. Confesso que estou simplesmente estarrecido com estas revelações. A ser procedente o que foi divulgado, a Constituição pode ter sido reiteradamente violada. Lamento profundamente tudo isso, pois o sigilo do voto é um direito constitucional. Seria lamentável que isto acontecesse em qualquer seção eleitoral do

país; muito mais grave é que possa ocorrer na mais alta Casa do Legislativo — afirmou.

O senador não acredita, porém, que o resultado da investigação possa vir a dar fundamento a um pedido de reversão da cassação do ex-senador: “Juridicamente, creio que não tenha fundamento. Se for feito um pedido de revisão, terá de ser examinado, não por nós, mas

pelo Poder Judiciário”, assinalou.

Quanto à representação do PT pedindo a cassação do senador Antonio Carlos Magalhães, o presidente do Senado disse que vai despachar a solicitação — provavelmente ao exame do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar —, mas negou-se terminantemente a opinar sobre o mérito, ou mesmo a adiantar previsões dos possíveis desdobramentos.

— Não posso, não tenho direito, seria da minha parte indevido fazer qualquer juízo sobre o que vai acontecer. Não me sinto à vontade para falar. Eu sou presidente do Senado, não sou juiz — reiterou.

Indagado sobre as repercussões para a base do governo, o senador enfatizou que “este não é episódio de governo, nem de oposição; é a instituição que está envolvida neste momento, e todos os que a integram devem estar preocupados”.

O que diz a revista

A revista *IstoÉ* que chegou às bancas de São Paulo e circulou ontem pela Internet apresenta versão de conversa que o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teria mantido na segunda-feira (dia 19) com três procuradores da República. Conforme a revista, Antonio Carlos teria se encontrado com os procuradores Guilherme Schelb, Eliana Peres Torelly e Luiz Francisco de Souza em busca de provas contra o presidente do Senado, Jader Barbalho.

De acordo com a *IstoÉ*, durante a conversa, o senador sugeriu aos procuradores que pedissem a que-

bra de sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira de 1994 e 1998 e que, por este caminho, eles chegariam ao presidente Fernando Henrique. A revista acrescenta que Antonio Carlos teria afirmado que possui a lista de todos os votos secretos da sessão em que foi cassado o ex-senador Luiz Estevão e que a senadora Heloísa Helena teria votado contra a cassação.

O senador teria ainda feito acusações ao ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim dizendo que uma empresa beneficiada indiretamente numa liminar que chegou ao STF teria ligação “com o escritório

dele”. Trata-se de liminar contra uma CPI estadual destinada a investigar irregularidades na Companhia Docas da Bahia. Antonio Carlos, conforme a revista, afirmou que a ministra do Supremo Ellen Gracie Northfleet concedeu a liminar a pedido do ministro Jobim.

Conforme a revista, Antonio Carlos sustentou que são verdadeiras as conversas gravadas, divulgadas pela revista *Veja*, de deputados baianos que trocaram o PFL pelo PMDB. Teria dito ainda aos procuradores que o governo participou de uma operação para ajudar o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) a se eleger presidente do Senado.

Heloísa Helena desmente ACM e anuncia decisão de processá-lo

A senadora Heloísa Helena informou ontem, em plenário, que vai processar o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães pelas declarações reproduzidas pela revista *IstoÉ*, a partir da gravação de uma conversa que ele teria tido com três procuradores da República.

Segundo o texto, Antonio Carlos disse aos procuradores que tem a relação dos votos dos senadores presentes à sessão secreta em que foi decidida a cassação de Luiz Estevão (PMDB-DF). Além do processo na Justiça comum por crime de calú-

nia, a senadora petista anunciou que enviará ofício solicitando o posicionamento da Mesa Diretora do Senado sobre o caso.

— A calúnia é a arma dos canchalhas. Antonio Carlos Magalhães é criminoso duas vezes: pela calúnia e por ter a ousadia de dizer que quebraria o sigilo da votação para fazer chantagem com os senadores — acrescentou.

Heloísa rechaçou qualquer insinuação de que tenha votado contra a cassação de Estevão a pedido de Renan Calheiros. Segundo explicou, Ca-

lheiros disse que Estevão tinha interesse em lhe mostrar uma fita contendo sua defesa. “Pedi que ele (Estevão) não se aproximasse de mim no plenário desta Casa”, afirmou.

Na presidência da sessão, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) determinou à Taquigrafia que não inserisse na ata da sessão os “termos impróprios” porventura utilizados pela senadora. O líder do PT, José Eduardo Dutra, protestou.



Heloísa quer saber qual é a posição da Mesa

PT quer acionar ex-presidente do Senado por quebra de decoro

O Partido dos Trabalhadores (PT) vai encaminhar representação à Mesa do Senado para que seja apurada a possibilidade de violação do sistema eletrônico de votação da Casa. A informação é do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com base em afirmações creditadas ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pela revista *IstoÉ*, segundo as quais ele possuiria a relação dos votos da sessão em que Luiz Estevão foi cassado. O PT quer saber se o então presidente do Senado teria quebrado o decoro parlamentar violando o voto secreto.

Segundo a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o propósito da representação é chegar à cassação do senador Antonio Carlos Magalhães. Em entrevista coletiva, com a participação do líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro, os senadores informaram que as afirmações contidas na reportagem citada apontam para crimes de violação do sistema eletrônico de votação do Senado; calúnia, difamação e injúria contra Heloísa Helena, e sonegação de informações à subcomissão permanente criada para apurar fatos citados no relatório final da CPI do Judiciário.

Os parlamentares petistas manifestaram ainda preocupação

quanto à hipótese de alteração dos resultados das votações, se confirmada a possibilidade de identificação de votos secretos.

A matéria da revista *IstoÉ* diz que o ex-presidente do Senado teria revelado possuir uma relação em que constam os votos secretos da sessão que cassou o mandato do ex-senador Luiz Estevão. A senadora Heloísa Helena disse que a ela não interessa saber se a relação dos votos secretos, a que se refere a matéria, é verdadeira ou falsa.

QUESTIONAMENTO

Heloísa disse que questionou o então presidente do Senado sobre a possibilidade de o painel eletrônico ser violado e os votos revelados. Em resposta, Antonio Carlos garantiu, segundo relatou a senadora, ser impossível a qualquer pessoa saber quem votou desta ou daquela maneira, levando em conta a votação secreta pelo painel eletrônico, porque o processamento não liga o voto ao senador, mas tão-somente procede à totalização dos votos.

Uma vez encaminhada à Mesa, a representação precisa ser deferida para então ser encaminhada ao Conselho de Ética do Senado, órgão responsável pela decisão de abrir ou não um processo de cassação de mandato por quebra do decoro parlamentar.

Ramez Tebet reúne Conselho de Ética se receber pedido

O presidente do Conselho de Ética do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que vai reunir o órgão logo que receba o pedido de qualquer senador para exame da situação criada pela publicação da gravação da suposta conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores da República.

— Estou perplexo. Se a reportagem for verdadeira e a gravação autêntica, me parece inconcebível que um político experiente se envolvesse em tal situação — disse Ramez Tebet.

O senador teve a informação de que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) iria apresentar representação contra Antonio Carlos no Conselho de Ética.

— A situação criada é muito grave e, logo que receba a representação, estarei obrigado a convocar o conselho — afirmou Tebet.

Para PPS, houve quebra de decoro parlamentar

O senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou que o seu partido fará representação solicitando a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O PPS vai se basear em matéria publicada na edição que começou a circular ontem da revista *IstoÉ*, segundo a qual o ex-presidente do Senado diz a procuradores da República que quebrou o sigilo do voto dos senadores na sessão que cassou o mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Segundo a matéria da *IstoÉ*, Antonio Carlos contou aos procuradores que tem em seu poder a lista de quem votou a favor e contra a cassação, apesar de a votação pelo painel eletrônico ter sido secreta.

Na avaliação de Roberto Freire, o fato é mais grave do que apenas falta de decoro parlamentar. “O presidente de um poder que viola o voto secreto está, evidentemente, cometendo um crime, e por isso tem que

ser processado.”

Em nome do PPS, Roberto Freire também condenou a forma como as gravações com as declarações de Antonio Carlos foram obtidas. Ele disse que seria compreensível se o Ministério Público tivesse gravado a conversa com o senador para melhor apurar um caso.

— Mas gravar para dar publicidade, isso é um método inadmissível numa sociedade democrática.

Na nota distribuída à imprensa, o PPS sugere ao presidente Fernando Henrique Cardoso que interpele judicialmente Antonio Carlos Magalhães para que confirme ou não as acusações que supostamente fez contra a Presidência da República, o governo e suas repartições.

— O presidente Fernando Henrique Cardoso está obrigado perante o país a apurar os fatos arrolados, exonerando ou suspendendo de suas funções ministros e outros agentes públicos até o resultado final dos inquéritos — finaliza a nota do PPS.



José Roberto Arruda pede equilíbrio e diz que não fará “raciocínio sobre hipóteses”

Arruda: Planalto aguarda manifestação do senador

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que “o Palácio do Planalto aguarda a manifestação do senador Antonio Carlos Magalhães sobre a veracidade da reportagem da revista *IstoÉ*”.

Questionado pelos repórteres, ele não disse por quanto tempo o governo irá esperar, recusando-se também a comentar informações das agências

de notícias segundo as quais o procurador Luiz Francisco de Souza teria confirmado o conteúdo das gravações citadas pela revista.

— O governo aguarda com o devido equilíbrio — repetiu José Roberto Arruda, que conversou à tarde sobre a reportagem com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ante a insistência dos jornalistas, o senador afirmou que não iria fazer qualquer raciocínio “sobre hipóteses”.

ACM nega que tenha tratado do governo FHC

No documento distribuído à imprensa, o senador afirma que a reunião foi marcada a pedido do procurador Guilherme Schelb

Em nota distribuída no início da noite de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) confirmou que manteve encontro com procuradores da República, mas negou que tenha tratado de qualquer assunto relativo ao governo Fernando Henrique Cardoso. O senador, que está nos Estados Unidos em viagem de descanso, afirmou ainda que o teor principal da conversa foi a medida provisória que trata da atuação dos membros do Ministério Público.

A reunião com os procuradores, segundo a nota divulgada pela assessoria de Antonio Carlos, foi marcada a pedido do procurador Guilherme Schelb e teria contado com a presença da procuradora Eliana Peres Torelly. Ainda de



Antonio Carlos sugeriu a quebra de seu sigilo bancário e a do senador Jader Barbalho

acordo com a nota distribuída à imprensa, o procurador Luiz Francisco de Souza chegou no decorrer do encontro.

“Antes de o senador Antonio Carlos Magalhães deixar o recin-

to, os procuradores, principalmente Luiz Francisco de Souza, citaram meios para o senador conseguir provas sobre as denúncias contra o senador Jader Barbalho. (...) Solicitava, inclusive, que fosse feita uma ação cautelar, o que não foi aceito pelo senador ACM”, relata a nota.

No final do documento, é sugerido ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que quebre o sigilo bancário e fiscal de Antonio Carlos e o do presidente do Senado, Jader Barbalho, “para provar quem é o desonesto”. A nota termina com a afirmação de que os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Peres Torelly podem testemunhar sobre o que ocorreu na reunião.

Bornhausen diz que PFL reprovou encontro de Antonio Carlos Magalhães

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), divulgou ontem nota sobre a reportagem da revista *IstoÉ* que atribuiu ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarações contra o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, os ministros do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim e Ellen Northfleet e o governador do Tocantins, Siqueira Campos.

É a seguinte a íntegra da nota:

“O presidente do Partido da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen, reprovou a ida do senador Antonio Carlos Magalhães aos procuradores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb, por considerar que esses procuradores cometeram atos lesivos ao PFL no período eleitoral, tanto que o partido os está processando por

danos a sua imagem.

“O senador Bornhausen considera que o senador Antonio Carlos Magalhães, assim como todos os senadores da República, deveria procurar, caso necessário, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, profissional sério, correto e cumpridor dos deveres.

“O presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o senador Jorge Bornhausen, age corretamente e está acima de qualquer suspeita. Sua trajetória de estadista na vida pública brasileira será engrandecida por todos os seus concidadãos.

“Os ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie Northfleet têm todas as qualidades para exercer suas funções no Supremo Tribunal Fe-



Para Jorge Bornhausen, ACM deveria ter contactado o procurador-geral, Geraldo Brindeiro

deral, na avaliação do senador Jorge Bornhausen.

“O governador Siqueira Campos é um companheiro solidário, que realiza uma grande obra no seu estado e tem uma vida pública que só o credencia.”

PSDB repudia declarações e quer apurar denúncia de violação de voto

O PSDB divulgou ontem nota repudiando as declarações atribuídas pela revista *IstoÉ* ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). “É inaceitável que um homem público ignore as vias legais e recorra a expedientes obscuros para dar vazão a seus ressentimentos por meio de injúrias aleivosas”, diz o documento assinado pela Comissão Executiva

Nacional e pelas lideranças do partido no Congresso Nacional. O partido declara ainda que “a honradez, a probidade e a compostura do presidente Fernando Henrique Cardoso são um patrimônio e exemplo para a nação brasileira”.

O PSDB pede a apuração das denúncias de que o sigilo das votações no Senado teria sido violado e utili-

zado como instrumento de barganha e chantagem política. “O país está cansado de manifestações desequilibradas, descabidas e caluniosas que infelizmente têm marcado o dia-a-dia da política e pede dos seus líderes uma postura responsável, que contribua para a retomada do desenvolvimento, cujos resultados são evidentes”, finaliza o documento.

Eduardo considera "descabidas e infundadas" as supostas declarações de Antonio Carlos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que, caso confirmadas, as declarações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), publicadas pela revista *IstoÉ*, são fruto de "um momento de perda do equilíbrio emocional e da sanidade". A revista afirma que o senador baiano, em conversa com três procuradores da República,



Eduardo manifestou surpresa com as informações da revista

indicou maneiras de provar irregularidades cometidas pelo ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas, além de criticar dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o governador do Tocantins, Siqueira Campos.

Eduardo classificou as supostas declarações de Antonio Carlos

como um ataque gratuito, descabido e infundado. "Lamentavelmente, o saudoso deputado Luís Eduardo Magalhães está fazendo falta. Custa a acreditar que isso possa ser verdade", afirmou à Agência Senado.

O senador disse que assistiu ao discurso de Antonio Carlos na terça-feira e que, na oportunidade, conversou em plenário com o colega, que não fez qualquer afirmação no teor do que foi publicado. Sua surpresa é maior, continuou, tendo em vista que no dia anterior esteve na tribuna para dizer que não havia no PFL qualquer ação para isolar o senador da Bahia.

Para Eduardo, a possibilidade de uma votação secreta, "um preceito

constitucional sagrado", ter sido violada aumenta sua perplexidade. A revista narra que Antonio Carlos teria afirmado dispor da lista secreta da votação que resultou na cassação do ex-senador Luiz Estevão. E acrescenta que ele teria dito que a senadora Heloísa Helena votara contra a cassação.

— Solidarizo-me com a senadora Heloísa Helena na sua indignação. Não consigo acreditar que ele (Antonio Carlos) consiga fraudar uma votação secreta. Isso seria uma violação ao mandato parlamentar, que, se cometida por um funcionário do Senado, deve ser punida, no mínimo, com a demissão — disse.

Sobre a possibilidade de haver provas de que Eduardo Jorge teria cometido irregularidades, Eduardo afirmou que cabe ao Ministério Público analisar a necessidade de uma investigação.



Ramez Tebet pediu a transcrição integral de todos os documentos nos Anais da Casa

Dutra pede quebra de sigilo de Eduardo Jorge

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reapresentou ontem requerimento de quebra do sigilo bancário de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, e de mais 19 pessoas. Ao justificar a proposição, Dutra disse que ela está baseada na lei recentemente aprovada, que permite a quebra de sigilo sobre movi-



Dutra baseou-se na lei sobre sigilo aprovada recentemente

mentações financeiras desde que aprovada pelo Plenário do Senado, após análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador afirmou que, ao apresentar o requerimento, está fazendo "um favor ao presidente da República". Explicou que, com a aprovação

da nova lei, Fernando Henrique Cardoso — que estaria sendo alvo de chantagens sobre o reaparecimento de denúncias contra seu ex-secretário — teria a oportunidade de esclarecer se há ou não envolvimento de Eduardo Jorge no desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Dutra reportou-se ao fato de que o senador Antonio Carlos, em discurso na terça-feira, fez questão de registrar que não falara no nome de Eduardo Jorge. Segundo Dutra, a imprensa noticiou que o Palácio do Planalto teria interpretado esse comentário "como uma chantagem indevida". Além disso, Dutra observou que a

imprensa informa que o ex-presidente do Senado teria dito, em reunião com os procuradores da República, que Eduardo Jorge "não resistiria a uma quebra de sigilo telefônico".

— Espero que a maioria desta Casa preste esse favor ao presidente da República, pois vai possibilitar a apuração definitiva desse episódio, para que ele não venha a ser objeto de chantagens por quem quer que seja, agora ou no futuro — conclamou.

Embora ressaltando não ter convicção de que Eduardo Jorge esteja envolvido no desvio de recursos do TRT, Dutra lembrou que o primeiro fato que ligou o ex-secretário ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto veio à tona em depoimento na CPI do Judiciário, quando ele perguntou ao ex-magistrado se conhecia ou tinha vínculos com Eduardo Jorge.

Para Requião, seria "um serviço prestado ao país"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) parabenizou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por ter sugerido a procuradores do Ministério Público a quebra de sigilo do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

O senador discordou do entendimento da revista *IstoÉ*, segundo o qual a proposta de investigar as contas de Eduardo Jorge, no período entre 1994 e 1998, para atingir o presidente da República, significaria apu-

nhalar o governo pelas costas. Para o senador, a quebra do sigilo do ex-secretário seria um serviço prestado ao Brasil, e o importante no episódio é que um senador não traia o seu país.

— É preciso que, cada vez mais, o Congresso e o país se transformem em um espaço psicodélico, aquele que mostra a sua alma, e a alma da nação tem



Roberto Requião saudou sugestão de Antonio Carlos

que ser exposta, o comportamento dos parlamentares tem que ser conhecido — disse.

Para Requião, a quebra de sigilo de Eduardo Jorge é importante para ver o que existe de fato atrás das denúncias. O parlamentar lembrou que o Senado, pressionado pelo Executivo, se negou a aprofundar essas investigações.

Procuradoria opina pelo arquivamento parcial das acusações de ACM e Jader

Ramez Tebet leu em plenário parecer recebido do procurador-geral da República

Como presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou ao Plenário do Senado que recebeu na quarta-feira do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, parecer emitido pelo vice-procurador-geral da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega, pelo arquivamento das acusações recíprocas trocadas em discursos pelo então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), atual presidente da Casa.

Brindeiro acolheu parcialmente o parecer do vice-procurador, conforme despacho que Tebet leu duas vezes na íntegra. No despacho, o procurador-geral comunica que aprova o parecer pelo arquivamento, "relativamente às matérias antigas já examinadas pela Justiça, prosseguindo evidentemente as questões *sub judice* ainda em tramitação no âmbito da Justiça Federal de primeira instância, tribunais e procuradorias da República nos Estados".

O procurador-geral também

comunicou a Tebet que requisiu à Secretaria da Receita Federal (SRF) "informações sobre a existência ou não de procedimentos fiscais relativamente a ambos os parlamentares sobre suposto enriquecimento ilícito apurado com base na variação patrimonial nas declarações de bens anuais do Imposto de Renda", conforme ofício que integra a documentação encaminhada por Brindeiro a Tebet. O senador solicitou a transcrição integral de todos os documentos nos Anais da Casa.

Ainda segundo o despacho de Brindeiro, a matéria está sujeita a reexame, na hipótese de que surjam fatos novos em relação aos dois senadores "decorrentes de informações requisitadas da Secretaria da Receita Federal e outras".

Os pareceres da Procuradoria-Geral resultaram de solicitações feitas pela Mesa do Senado e pelo Conselho de Ética, em atendimento a pedido dos senadores Heloísa Helena (PT-AL), Sebastião Rocha (PDT-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM).



Segundo Osmar Dias, a Petrobras foi responsável por 19 acidentes ambientais no ano passado

Osmar quer ação do Congresso contra acidentes da Petrobras

Preocupado com os constantes desastres ecológicos provocados pela Petrobras, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) propôs, em discurso ontem no plenário, a realização de um debate sobre o assunto. Segundo Osmar, a empresa foi responsável pelo derramamento de 5,9 milhões de litros de óleo em rios e no mar e por 19 acidentes ambientais no ano passado. Para ele, a Petrobras vem ignorando as leis ambientais e, "de forma irresponsável e por pura incompetência", está causando sérios acidentes ecológicos.

Osmar Dias declarou-se estarecido com o último acidente ocorrido na Serra do Mar, na Mata Atlântica, que concentra a maior reserva de biodiversidade do Sul do país, poluindo vários rios e atingindo a baía de Paranaguá. Ele também protestou contra a divulgação de informações falsas por parte da empresa, no que diz respeito a este último acidente.

Para o senador, a insensibilidade da Petrobras diante dos desastres ecológicos passou a preocupar não somente os ambientalistas, mas toda a sociedade. Osmar Dias disse que o Congresso Nacional tem a obrigação de adotar medidas que obriguem a empresa a respeitar as leis ambientais, incluindo maiores punições. Ele anunciou que vai propor uma série de medidas ao Congresso com o objetivo de evitar que a empresa continue a poluir o meio ambiente.

Requião afirma que incentivos a montadoras não geraram os empregos prometidos

Senador observa que os índices de nacionalização dos componentes usados na montagem dos veículos são baixos. "Quase nada é fabricado aqui, tudo vem de fora", comenta

A política de incentivos para a instalação de montadoras de veículos no Brasil foi criticada ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele apresentou dados para contestar as justificativas do governo de que as concessões feitas às multinacionais gerariam uma quantidade respeitável de empregos indiretos e diretos.

De acordo com o senador, os índices de nacionalização dos componentes usados na montagem dos veículos não chegam a 20%, percentual muito distante dos 60% que as autoridades prometeram. Assim, em vez dos cinco empregos indiretos, que cada emprego direto nas montadoras iria gerar, existe hoje apenas 1,2



Na opinião de Roberto Requião, os governos foram afoitos ao oferecer vantagens às montadoras

emprego indireto, apontou Requião. "Afim, quase nada é fabricado aqui. Tudo vem de fora",

acrescentou.

Para o senador, essa situação provoca déficit na balança comercial. Ele demonstrou que, no ano passado, as montadoras instaladas no Paraná, estado que, em sua opinião, se excedeu nas ofertas às empresas, despenderam na importação de motores e peças US\$ 829 milhões, enquanto as exportações de carros prontos renderam apenas US\$ 770 milhões, resultando em um déficit de US\$ 59 milhões.

Requião disse que os governos foram afoitos em suas benevolências, já que, segundo o economista Lester Thurow, países como Índia, Indonésia, Filipinas, Argentina e Chile já estavam incluídos no rol de interesses das monta-

doras, por representarem as derradeiras possibilidades de expansão do mercado de automóveis.

— Thurow concluiu que, com incentivos ou não, as montadoras iriam instalar-se nos países emergentes, mas os nossos governantes não entenderam o óbvio — observou Requião.

Segundo o senador, o Paraná chegou "ao absurdo de firmar protocolos secretos com as montadoras, com cláusulas até agora mantidas em sigilo". Ele recordou que, com sua assinatura, partidos de oposição exigiram judicialmente que o governo do Paraná apresentasse ao público esses contratos, mas o Tribunal de Justiça decidiu que eles eram segredos de Estado.

Empresa beneficiada suspendeu produção, informa senador

Em seu pronunciamento criticando o incentivo às montadoras, o senador Roberto Requião afirmou que a Audi/Volkswagen, instalada na região de Curitiba, depois de mandar 350 trabalhadores embora, anunciou suas metas de produtividade para 2001 de 50 carros/ano por trabalhador, "isto é, uma produtividade européia".

O senador contra-argumentou que, na Europa, além dos

equipamentos de trabalho serem mais modernos, um trabalhador tem carga horária bem mais humana do que aquela a que são submetidos os trabalhadores brasileiros, e um salário até dez vezes maior. Ele informou que a Chrysler, "depois de empanturrar-se com generosos benefícios concedidos" pelo governo do Paraná, suspendeu sua produção.

Requião leu em plenário matéria do jornal *Gazeta do Paraná* em

que o presidente da Volkswagen do Brasil, Herbert Demel, afirma que o fechamento de fábricas de veículos no país não se encerra com a paralisação das atividades da Chrysler. Demel avalia que os prejuízos acumulados pelas 17 montadoras instaladas no Brasil são decorrentes de uma aposta, "que se revelou errada", no crescimento do mercado brasileiro de veículos, e anunciou que sua fábrica localizada no Paraná pode

ser a próxima a ser fechada. A matéria conclui que essa situação confirma o que críticos da política de incentivos às montadoras, como Requião, previam.

O senador salientou que nada disso comove o governo, que ainda está admirado com "a tão alardeada recuperação da economia brasileira", acrescentando que resta aos homens de oposição "a tarefa de reproclamar a independência do Brasil".

Mauro Miranda discorda da proibição do amianto e teme prejuízos para Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou sua discordância com a recente decisão do governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, que proibiu a comercialização de produtos originários do amianto no estado. Mauro disse que esse ato e a possibilidade de a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, sancionar lei similar para a capital paulista terão sérias repercussões sociais e financeiras na economia de seu estado, Goiás.

Mauro Miranda contou que recebeu, durante esta semana, a visita de Joaquim da Silva Pires, pre-

feito de Minaçu, município cuja principal fonte de renda e emprego está baseada na extração, industrialização e comercialização do amianto crisólita, muito utilizado na construção civil. "O banimento do minério provocaria prejuízos incalculáveis ao município, que tem hoje mais de 60 mil habitantes", previu o parlamentar.

Para o senador, a posição do governador Zeca do PT é radical e não deverá encontrar apoio entre os companheiros do Partido dos Trabalhadores. Por isso, ele pediu a interferência dos senado-



Mauro Miranda alerta para "situação extremamente delicada, que atinge milhares de pessoas"

res do PT e também dos senadores dos estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás no sentido de evitar que essas medidas sejam levadas adiante.

Mauro Miranda informou que uma comissão especial de defesa

do amianto, formada por nove deputados da Assembléia Legislativa de Goiás, já agendou audiências com o governador de Mato Grosso do Sul e com a prefeita de São Paulo para discutir o assunto.

— A situação é extremamente delicada e atinge milhares de pessoas envolvidas diretamente com a extração e a comercialização do amianto — alertou o senador.

Durante seu discurso, Mauro Miranda foi aparteado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), para quem a decisão de Zeca do PT foi tomada sem o necessário equilíbrio sobre o tema. Também os senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentaram o episódio e lembraram que é contrário ao movimento de união que deve existir entre os estados da região Centro-Oeste.

Suplicy sugere formas de reintegrar ex-presos

Entrevista será mostrada hoje às 7h30 e às 20h30 pela TV Senado, que exibe também o programa "Quem tem medo da música clássica?", apresentado por Artur da Távola

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, da TV Senado, que tem como tema o sistema penitenciário brasileiro. O senador é autor do projeto que obriga as empresas contratadas pelo governo a destinarem 1% de seus postos de trabalho a ex-presidiários. O projeto prevê ainda a possibilidade de convênios entre governos estaduais e empresas para a construção de oficinas, nas prisões, para o aproveitamento da mão-de-obra dos presidiários. O programa vai ao ar às 7h30 e 20h30.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) e a técnica do Dieese Graça Ohana debatem a distribuição de renda e a pobreza no Brasil no programa *Cidadania*, a partir das 6h30. Elas levam em consideração questões como desemprego, crescimento econômico, globalização e política econômica, entre outras.



O senador licenciado Artur da Távola apresenta o programa *Quem tem medo da música clássica?*, que vai ao ar às 18h

O *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*, de Joseph Haydn, é a atração do programa *Quem tem medo da música clássica?*, que a TV Senado exibe às 18h.

Espírito Santo, às 3h; *Itaipu*, às 5h;

Camburiú, às 6h, *Natal*, às 13h, e *Ceará*, às 19h, são os especiais do programa *As Cores do Brasil*.

O programa *Debate*, às 3h30, recebe os escritores Lourenço Cazarré e Ruth Rocha. Os dois discutem a

literatura infanto-juvenil no país e abordam questões como a falta de hábito de leitura do brasileiro, a interferência das editoras no trabalho dos escritores e a adaptação de textos literários para a televisão.

Benny Goodman é atração na Senado FM

O rei do swing, Benny Goodman, é a atração do programa *Improvisto*, que vai ao ar hoje e amanhã, às 20h, pela Senado FM. Serão apresentadas algumas de suas mais famosas interpretações, como *Sweet Georgia Brown*, *Roll Them*, *Stealin' Apples* e *A String of Pearls*.

A seleção é inteiramente baseada no disco duplo gravado ao vivo pela Decca Records, em Estocolmo, no segundo semestre de 1970, durante uma memorável excursão do músico norte-americano e sua orquestra pela Europa.

Improvisto, produzido e apresentado por Vinicius Becker e Flavio de Mattos, é reprisado no domingo, às 23h30, e pode ser sintonizado em Brasília na frequência de 91,7 MHz. No resto do país, o programa pode ser acessado via Internet, no endereço www.senado.gov.br/radio

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Camboriú
6h30 — *Cidadania* — Sen. Heloisa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza
7h30 — *Entrevista* — Sen. Eduardo Suplicy fala sobre o sistema penitenciário
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência química — parte 3
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h — *As Cores do Brasil* — Natal
13h30 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*
19h — *As Cores do Brasil* — Ceará
19h30 — *Cidadania* — O escritor Samuel Pinheiro Guimarães e o professor de Antropologia da UnB, Gustavo Lins Ribeiro, falam sobre cultura e política na virada do século
20h30 — *Entrevista* — Sen. Eduardo Suplicy fala sobre o sistema penitenciário
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — *Canal Médico* — Anestesiologia raquidiana, peridural ou as duas
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *O Martelo*

SÁBADO

11h15 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
2h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
2h30 — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
3h — *Cores do Brasil* — Paraíba
3h30 — *Entrevista* — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
4h — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
4h30 — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
5h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
5h30 — *Entrevista* — Sen. Eduardo Suplicy fala sobre o

sistema penitenciário
6h — *Cores do Brasil* — Maceió
6h30 — *Agenda Econômica* — Dep. Delfim Netto fala sobre o comércio exterior
7h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Cores do Brasil* — Goiás Velho
9h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
9h30 — *De Coração* — "O exercício no diagnóstico e tratamento das doenças cardíacas"
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*
11h — *Espaço Cultural* — Os Chorões — 1ª parte
12h — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
12h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
13h — *As Cores do Brasil* — Itaipu
13h30 — *Agenda Econômica* — Dep. Delfim Netto fala sobre o comércio exterior
14h30 — *Espaço Cultural* — "Nordeste Instrumental" — Naná Vasconcelos — parte 2
15h30 — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
16h — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre os cortes no Orçamento
16h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
17h — *Jornal do Senado*
17h30 — *As Cores do Brasil* — Belém
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*
19h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
19h30 — *Debate* — Sen. José Fogaça e o escritor José Basulto falam sobre literatura e a integração latino-americana
20h30 — *Entrevista* — Sen. Eduardo Suplicy fala sobre o sistema penitenciário
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Alcione
22h30 — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
23h — *Espaço Cultural II* — Os Chorões — 1ª parte
24h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph

Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*

DOMINGO

1h — *Cidadania* — Sen. Heloisa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza
2h — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
3h30 — *Entrevista* — Sen. Eduardo Suplicy fala sobre o sistema penitenciário
4h — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
4h30 — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
5h — *As Cores do Brasil* — Itaipu
5h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
6h — *Cores do Brasil* — Camboriú
6h30 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
7h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre os cortes no Orçamento
8h — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
8h30 — *Cores do Brasil* — Goiás Velho
9h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
9h30 — *De Coração* — "O exercício no diagnóstico e tratamento das doenças cardíacas"
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*
11h — *Espaço Cultural II* — Os Chorões — parte 2
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
13h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
13h30 — *Cidadania* — Sen. Heloisa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza
14h30 — *Espaço Cultural* — "Nordeste Instrumental" — Naná Vasconcelos — parte 2
15h30 — *Cores do Brasil* — Maceió
16h — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
16h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
17h — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
17h30 — *Cores do Brasil* — Itaipu
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — Joseph Haydn. *Concerto para violoncelo e orquestra em ré maior*
19h — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
19h30 — *Agenda Econômica* — Dep. Delfim Netto fala sobre o comércio exterior
20h30 — *Entrevista* — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário

21h — *Jornal do Senado* — Resumo das notícias da semana
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Alcione
22h30 — *Manifestações Culturais* — Ciclo carnaval — Lá vem o frevo
23h — *Espaço Cultural II* — Os Chorões — parte 2
24h — *Cidadania* — O escritor Samuel Pinheiro Guimarães e o professor de Antropologia da UnB, Gustavo Lins Ribeiro, falam sobre cultura e política na virada do século

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação

9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informe o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tectsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Cabral quer mudança de comportamento dos políticos

Senador diz que há “vários homens públicos mais ocupados em defender seus interesses pessoais do que os da sociedade”

Ao fazer uma análise da atual conjuntura política, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu, em discurso no plenário, que os políticos façam uma reavaliação de seus comportamentos e passem a dar mais atenção aos problemas coletivos. Segundo ele, é comum observarem-se, hoje, “vários homens públicos mais ocupados em defender seus interesses pessoais do que os da sociedade”.

— É preciso dar um novo rumo à política nacional e lembrar que a política é uma ingrata peregrinação e o seu ator não passa de Romeiro



A importância de um político, ressaltou Cabral, não se mede pelo poder ou pela conta bancária

de um ideal proscrito — declarou, acrescentando que o mais impor-

tante não é o número de projetos ou de discursos que um político faz, mas como desenvolve seu trabalho em prol do estado que representa e de acordo com a sua consciência.

Ao afirmar que a atividade política não desfruta atualmente de grande prestígio junto à opinião pública, Cabral disse que aquele que se dedica à vida política não pode medir sua importância com base no poder ou nas contas bancárias que porventura venha a ter, “mas sim nas conquistas que tenha alcançado na defesa do bem da coletividade”.

Patrocínio apóia a quebra de patentes de remédios para Aids

A União Européia aprovou integralmente as quebras de patentes para a fabricação brasileira de medicamentos que integram o coquetel de remédios contra a Aids, comemorou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

— O Brasil tem dado um exemplo ao mundo, com o melhor programa de combate à Aids — disse.

Mesmo com os protestos dos Estados Unidos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), contrários à fabricação de medicamentos patenteados por empresas nor-

te-americanas, Patrocínio insistiu na importância de os países emergentes defenderem seu direito de produzir tais drogas, na próxima reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, marcada para junho, em Nova York.

Para tanto, o senador fez um apelo à Comissão de Relações Exteriores do Senado e ao Itamaraty para que se mobilizem para a assembleia da ONU, procurando atuar no sentido de garantir que o Brasil possa continuar desenvolvendo sua política de combate à Aids.



Decisão permitirá ao Brasil economizar US\$ 1,5 bilhão por ano, destacou Carlos Patrocínio

Ele observou que, se não estivesse fabricando algumas das drogas do coquetel e distribuindo-as gratuitamente, o Brasil estaria gastando cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano na importação de medicamentos para enfrentar a doença.

Valmir é contra a adoção de catraca eletrônica em ônibus

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) condenou a instalação de catracas eletrônicas em todos os ônibus urbanos do país. Para ele, caso o novo sistema seja adotado, nada menos que 250 mil cobradores seriam demitidos sumariamente, “agravando ainda mais os alarmantes índices de desemprego”.

Valmir Amaral é autor de projeto que proíbe a utilização de catracas eletrônicas ou qualquer outro dispositivo de arrecadação



Segundo Valmir Amaral, a catraca eletrônica pode causar a demissão de 250 mil pessoas

automática de tarifas, em substituição aos cobradores. Pelo projeto, a utilização da catraca eletrônica, comum em países desenvolvidos, só será permitida quando o índice de desemprego que isso causar for inferior a 5%.

Para o senador, a modernização em todos os setores é bem-vinda, desde que não haja reflexos negativos na área social, como o aumento do desemprego. Além do mais, observou, os cobradores desempenham funções que

extrapolam a simples cobrança de tarifas, já que dividem com o motorista a responsabilidade pela segurança dos passageiros e prestam informações, orientando o usuário.

— A retirada do cobrador do sistema sem um plano adequado vai refletir negativamente na qualidade do serviço prestado. Entendo que o momento não é o de defender maiores lucros para as empresas de ônibus a um custo social tão alto — salientou, dizendo que era “um defensor dos cobradores” por também ter exercido essa profissão.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Geraldo Cândido (PT-RJ), Carlos Wilson (PPS-PE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Marluce Pinto (PMDB-RR) concordaram com Valmir Amaral, enfatizando que as catracas eletrônicas causariam o desemprego de milhares de pessoas.

Juvêncio da Fonseca critica atos do governador do MS

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) criticou o governador Zeca do PT (MS) por causa do edital de convocação de um concurso público para preencher mais de 600 cargos na administração estadual. A seu ver, as condições impostas aos candidatos são discriminatórias. O



Juvêncio vê “caráter neonazista” em edital de concurso publicado por Zeca do PT

editado, disse, veda a inscrição de pessoas obesas ou portadoras do vírus da Aids, de hemorróidas, albinismo, sinusite crônica e vitiligo, entre outras doenças. Tais restrições têm “caráter neonazista”, acrescentou.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) confessou-se “estarecido” e afirmou que os termos do edital apontam “para uma espécie de renovação da filosofia de Hitler”. O edital, continuou Juvêncio, também prevê que os candidatos apresentem dez exames de saúde — inclusive toxicológico, para detectar e impedir a inscrição de usuários de maconha ou cocaína — e representem despesas de no mínimo R\$ 250.

Juvêncio também denunciou a intenção do governo de seu estado de criar um plano de demissão voluntária para os membros do Ministério Público estadual. Para ele, o objetivo

é permitir que o governo do PT possa agir sem contestação jurídica. O governador ainda estaria, prosseguiu, tentando decretar estado de emergência em Mato Grosso do Sul devido às chuvas, “normais nessa época do ano”, para poder contratar obras sem licitação.

Outro ato do governo petista atacado por Juvêncio é a criação da comissão gestora do PreviSaúde, teoricamente formada com a participação de representantes dos sindicatos. Na verdade, disse, a comissão é integrada por um único sindicato, também do PT, pois o critério de participação estabelecido excluía os demais.

José Eduardo Dutra (PT-SE), em aparte, perguntou se os atos do governo foram decretados ou aprovados pela Assembleia Legislativa, ao que Juvêncio respondeu que os atos foram legais, “porque as forças mais retrógradas estão se aliando a Zeca do PT”. Dutra também disse não alcançar as razões pelas quais o parlamentar pefelista, tendo aprovado as reformas previdenciária e administrativa propostas pelo governo federal, critica o seu estado por ter de se adaptar a elas.

Livro resgata formação histórica de SC, destaca Casildo Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem o lançamento do livro do jornalista e escritor catarinense Paulo Ramos Derengoski, intitulado *No Contestado*, que resgata um dos episódios mais importantes da história do estado, a Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916. Ela foi provocada, lembrou o senador, por questões

de limites com o estado do Paraná e por problemas ainda atuais, como — acrescentou — “o privilégio de alguns em detrimento da maioria, a selvageria do capital internacional e a manipulação das massas”.

Maldaner ressaltou a “sensibilidade” com que Derengoski investigou o tema, reunindo elementos imprescindíveis para conhecer melhor a história de Santa Catarina. Ele elo-



Maldaner resalta o fato de seu estado ter nascido “de lutas, e não criado por decreto”

giou o apoio do Ministério da Cultura e da Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina (Celesc) por terem patrocinado a publicação da obra.

Segundo Maldaner, muitos quiseram afirmar que as novas tecnologias e a globalização do mundo por meio dos computadores tornaram o livro obsoleto nos tempos modernos, mas tal não aconteceu.

— Livros como o de Derengoski representam o resgate de uma história, dos fatos que marcaram para sempre a vida dos catarinenses, mostrando que o estado nasceu de lutas, não foi criado por decreto — concluiu Casildo Maldaner.

Valadares cobra a regulamentação de MPs

Senador argumenta que medidas provisórias, que deveriam ter caráter emergencial e provisório, transformaram-se em decretos perenes e, agora, regulam a vida jurídica e as atividades econômicas do país, o que ele considera “um absurdo”

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) condenou a edição abusiva de medidas provisórias por parte do Poder Executivo. Ele informou que, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram editadas e reeditadas nada menos que 5 mil MPs, fato que, conforme observou, vem deformando o princípio constitucional da separação dos Poderes.

Valadares conclamou o Congresso, “no exercício de sua legítima atribuição legislativa”, a aprovar a pro-

posta de emenda constitucional destinada a regular a edição de medidas provisórias, que tramita na Câmara. Dessa forma, ele entende que as leis voltarão a ser a expressão da vontade geral, “e não apenas o clamor autoritário e solitário do Executivo”.

Na análise do senador, as medidas provisórias, ao longo dos anos, desfiguraram-se no seu caráter emergencial e provisório, transformando-se em decretos perenes. Em sua opinião, as MPs regulam atual-

mente a vida jurídica do país e chegam a interferir na vida econômica brasileira, o que ele considera um absurdo.

— Totalmente liberado de qualquer responsabilidade, o Poder Executivo legisla em causa própria e, ao mesmo tempo, com a ação da bancada governista no Congresso, obstrui o andamento da emenda constitucional que visa a regulamentar a edição de MPs — afirmou ainda Valadares. Para ele, o Legislativo deve resistir ao propósito governamen-

tal de perpetuar esse abuso.

Líder do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que essa proposta de emenda constitucional precisa ser aprovada para que o Congresso volte a adquirir independência como Poder. Ele alertou os parlamentares para possíveis manobras destinadas a incluir, na regulamentação da matéria, dispositivos que podem fortalecer ainda mais as medidas provisórias, dando, portanto, maior poder ao Executivo.



Valadares acusa o governo de obstruir o andamento da PEC que trata da limitação das MPs

Suplicy: títulos da dívida pública estão com a elite

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ao Plenário, ontem, resposta a requerimento que enviara ao Ministério da Fazenda solicitando informações sobre os proprietários da dívida pública brasileira. Suplicy informou que o estoque da dívida federal bruta atingiu



Suplicy afirma que política de juros altos aumenta a concentração de renda

em julho de 2000 o montante de R\$ 625 bilhões, sendo 79% correspondentes à dívida interna, que chegou ao total de R\$ 496,9 bilhões.

Segundo o senador, R\$ 179,9 bilhões em títulos da dívida pública federal interna — 36,2% do total — encontravam-se nas contas de livre movimentação pertencentes às instituições financeiras, sendo que 26% pertenciam aos bancos nacionais e 7,5% aos bancos estrangeiros, ou seja, mais de um terço dos títulos estava na carteira dos bancos. O maior destaque fica com os Fundos de Investimento Financeiro, que detinham R\$ 199,3 bilhões ou 40,2% do total. As pessoas físicas e jurídicas detinham contas de livre movimentação financeira no valor de R\$ 270,4 bilhões, ou 54,42% do total.

— Os proprietários da dívida pública federal são no essencial bancos, empresas e pessoas que integram os segmentos da elite do país — disse Suplicy.

Para ele, essa informação deixa claro que uma política de juros altos como a que o Brasil vem pra-

ticando nos últimos anos aumenta a concentração de renda no país.

— Isso significa a transferência de recursos volumosos do Tesouro, sob a forma de juros, para aqueles que já detêm uma parcela desproporcionalmente alta da renda e da riqueza nacional — disse.

Suplicy informou que o Brasil, segundo o IBGE, pagou, em 1999, R\$ 86,5 bilhões sob a forma de juros das dívidas públicas interna e externa, o que representa 9% do Produto Interno Bruto (PIB).

PRESÍDIOS

Eduardo Suplicy informou ainda ao Plenário que solicitou direito de resposta ao apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho, que criticou, de modo ofensivo, sua decisão de passar a noite na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, de segunda para terça-feira, após rebelião do último domingo. Suplicy disse que dormiu no presídio a pedido das famílias dos presos, com o objetivo de garantir a integridade tanto dos detentos quanto dos policiais.

O senador defendeu o exame, pelo Congresso Nacional, das proposições que aperfeiçoem a Lei Penal, incluindo projeto de lei apresentado de sua autoria que permite a abertura de convênio entre as empresas privadas e os presídios para que os detentos trabalhem e aprendam profissões.

Freire denuncia fraude eleitoral em SP

O senador Roberto Freire (PPS-PE) denunciou, ontem, a suposta ocorrência de fraude eleitoral no município de Cajamar, situado a 36 quilômetros da cidade de São Paulo. “Foram comprovados votos de mortos e de eleitores votando com títulos vencidos. Isso não aconteceu nos cafundós do Nordeste, mas a poucos quilômetros da capital paulista, no estado mais desenvolvido do país, onde se esperaria mais cultura política”, afirmou o parlamentar.

Para Freire, o fato ilustra a ação das oligarquias que não querem largar o poder e que a ele se apegam até mediante fraude eleitoral. Ele mencionou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 19 passado, segundo a qual



Para Roberto Freire, oligarquias se apegam ao poder com uso de fraude

a fraude foi descoberta pelo candidato derrotado, Messias Cândido da Silva, do PPS, que a denunciou à Justiça Eleitoral.

— Ele perdeu a eleição por 13

votos e foram comprovados 14 votos com títulos eleitorais cancelados pela Justiça, em função de transferência irregular de eleitores de outros municípios. Também há fortes indícios de votos de 17 pessoas já falecidas — afirmou o senador, citando o jornal.

Roberto Freire alertou para a morosidade com que a Justiça Eleitoral julga os assuntos de fraude, fazendo com que o mandato do fraudador possa estar concluído quando decretada a punição. “Apenas com a denúncia da fraude já comprovada, e aceita pelo Ministério Público, já dá para destituir o atual prefeito reeleito, Antônio Carlos Oliveira Ribas de Andrade, do PTB, e empossar Cândido da Silva”, sustentou Freire.

Rocha protesta contra embaixada por negar visto para prefeito visitar EUA



Rocha considera inadmissível que prefeito seja impedido de participar de evento de interesse de seu município

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) protestou contra a Embaixada dos Estados Unidos, que está negando visto ao prefeito do Balneário de Camboriú (SC), Leonel Pavan, para participar de um encontro de negócios da indústria naval, que se realizará em Miami, a partir do próximo dia 2 de março. A embaixada alega que já concedeu vistos para nove prefeitos de Santa Catarina,

com o mesmo objetivo.

Sebastião Rocha considerou inadmissível que Leonel Pavan seja impedido de participar de um evento de interesse da população de seu município, em função da política leonina de concessão de vistos da embaixada norte-americana.

— Considero trágica essa decisão e estou fazendo um apelo ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para fazer gestões junto ao embaixador para reverter essa determinação — disse o senador pelo Amapá.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti